

Comissão de Ética decide arquivar caso Wajngarten

A Comissão de Ética da Presidência não vai investigar o secretário especial da Comunicação, Fábio Wajngarten, por suposto conflito de interesses entre seus negócios e sua atuação no governo. Por quatro votos a dois, o colegiado decidiu arquivar o caso ontem. Wajngarten é sócio da FW Comunicação e Marketing, dona de contratos com ao menos cinco empresas que recebem recursos direcionados pela Secom, entre elas as redes de TV Band e Record. O caso foi revelado pelo jornal Folha de S. Paulo. Estadão Conteúdo

ACM Neto tenta frear crescimento de Isidório

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O prefeito ACM Neto (DEM) começou a colocar em prática o plano para frear o crescimento do deputado federal Pastor Sargento Isidório (Avante), líder das pesquisas de intenção de voto divulgadas até o momento. O gestor quer estabelecer uma espécie de "concorrência" para arrebatar o eleitorado do parlamentar. Fontes do Palácio Thomé de Souza afirmaram que o grupo carlista entendeu que boa parte da capilaridade eleitoral dele vem do trabalho desempenhado na Fundação Doutor

Jesus, que se dedica a tratar de dependentes químicos. Nesta semana, Neto anunciou a assinatura de um convênio de R\$ 8,3 milhões com instituições que fazem o acompanhamento de pessoas em situação de rua e usuárias de substâncias psicoativas.

"O orgulho de dizer que nunca na história de Salvador se investiu tanto na área social como agora. Acabei de assinar um convênio de R\$ 8,3 milhões com instituições que fazem o acompanhamento de pessoas em situação de rua e usuárias de substâncias psicoativas", anunciou o gestor nas redes sociais.

Segundo o prefeito, serão 210 vagas de acolhimento transitório com o apoio de

assistentes sociais, auxiliares de enfermagem, cuidadores, educadores sociais e psicólogos. "Isso é importantíssimo para dar condições de reinserção social a esses cidadãos", apontou.

Isidório é visto como a principal ameaça do grupo até o momento, já que tem chances de levar a eleição para o segundo turno.

"PARÁSITA" - Em paralelo à eleição em Salvador, Isidório continua protagonizando polêmicas. Em card distribuído em suas redes sociais, ele rebateu a fala do ministro Paulo Guedes, que comparou funcionários públicos a "parasitas" durante uma palestra na FGV e ainda defendeu o dólar alto, alegando que

não fazia sentido empregada doméstica poder passar as férias na Disney.

"Parasita é o senhor, ministro Guedes! Tanto ódio contra os servidores públicos e as empregadas domésticas só pode ser doença: tohutuca vírus", disparou Isidório, ao ironizar o chefe da pasta da Economia do governo Jair Bolsonaro. Após o episódio, Guedes pediu desculpas pela declaração.

O economista reafirmou que a sua fala foi tirada de contexto e que se referia a estados e municípios em casos extremos quando toda a receita vai para salários, e não para saúde, educação e segurança.

Carnaval - À Câmara Municipal de Salvador, por



O PREFEITO ACM Neto (DEM) começou a colocar em prática o plano para frear o crescimento do deputado federal Pastor Sargento Isidório

meio da Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, lançou a campanha "Brinque o Carnaval, mas não brinque com o direito de ser criança", na manhã de ontem, no auditório do Centro de Cultura. Os trabalhos foram conduzidos pelo vereador Marcos Mendes (PSOL), presidente do colegiado temporário.

Conforme o vereador Marcos Mendes, a campanha contra a exploração sexual e de mão de obra infantil no Carnaval objetiva conscientizar a população. Também visa fortalecer a rede de instituições de atenção na defesa da criança e do adolescente. "É fundamental denunciar as infrações pelo Disque 100 e unir

as instituições de proteção", frisou Marcos Mendes.

"Existe uma rede de enfrentamento a tudo isso que vem acontecendo com a retirada de direitos da criança e do adolescente. As violações se aceleraram no Carnaval. Vamos combater", destacou Marcos Mendes.

De acordo com o vereador, fazem parte da rede de enfrentamento o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, entre outros.

Prefeito apresenta reforma previdenciária a vereadores

Foto: Valdemiro Lopes



ACM NETO expôs o projeto de reforma que pretende enviar à Câmara de Salvador logo após o Carnaval

DA REDAÇÃO

Diante do déficit em torno de R\$7 bilhões, a reforma da previdência dos servidores municipais, segundo o prefeito ACM Neto, se tornou inevitável. Em reunião com a presença de aproximadamente 25 vereadores, no Palácio Thomé de Souza, na tarde de ontem, ele expôs o projeto que pretende enviar à Câmara de Salvador logo após o carnaval, garantindo que ela será "menos gravosa" que as reformas estadual e federal.

"Pelo contrário, nossa proposta só tributará os servidores com rendimento acima de quatro salários mínimos, enquanto a federal definiu em um salário mínimo e a estadual em três salários", comparou. Aos vereadores da bancada de oposição, que não compareceram à reunião apesar de terem sido convidados, o prefeito cobrou "coerência", frisando que os partidos aprovaram na Assembleia Legislativa a reforma encaminhada pelo governo estadual. O presidente da Câmara, vereador Geraldo Júnior (SD), classificou

o encontro como proveitoso, considerando que foi um primeiro contato com a mensagem do Executivo. E garantiu que a tramitação na Casa será o mais transparente possível, incluindo vários debates e audiências públicas com a participação da categoria e entidades sindicais.

"A reforma é legítima e necessária. Vou conversar com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, vereador Alexandre Aleluia (DEM), para que assumam a relatoria desta matéria ou indique um relator com amplo conhecimento

para estabelecer o juízo de admissibilidade", ressaltou Geraldo Júnior.

A proposta de reforma foi apresentada também pelo secretário de Gestão, Thiago Danilas, e pelo diretor de Previdência da Semgep, Daniel Ribeiro. Além das alterações nas alíquotas de desconto dos servidores, que deverá passar de 11% para 14%, a proposta prevê a criação de um Fundo de Capitalização que, segundo o prefeito ACM Neto, deverá chegar a R\$900 milhões de reservas para a Previdência Municipal em 10 anos.

Lava Jato confirma denúncia da PGR contra Jucá e Raupp

ESTADO DE S. PAULO

A força-tarefa da Lava Jato no Paraná ratificou a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra os ex-senadores Romero Jucá e Valdir Raupp e, ainda, contra, o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, Luiz Maramaldo, Nelson Maramaldo e Fernando

Reis por corrupção e lavagem de dinheiro em contratos de subsidiária da Petrobras. A denúncia detalha suposta corrupção nos contratos da NM Engenharia e Odebrecht Ambiental com a Transpetro para pagamentos ilícitos aos então senadores do MDB

entre os anos de 2008 e 2010 e em 2012.

O Ministério Público Federal no Paraná, base e origem da Lava Jato, requer a reparação de danos em favor da Transpetro e perdimento de bens no valor de R\$ 2,8 milhões — metade para cada finalidade. As informações são da assessoria de comunicação da Procuradoria Federal.

As investigações tramitaram inicialmente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, uma vez que os investigados possuíam foro privilegiado pelo cargo de senador. Em agosto de 2017, a PGR ofereceu denúncia que também englobava o senador Renan Calheiros e os ex-

senadores José Sarney e Garibaldi Alves Filho, todos do MDB. Estes dois últimos tiveram a punibilidade extinta por prescrição dos fatos.

Jucá e Raupp perderam a cadeira no Senado a partir do mandato de 2019. Dessa forma, em fevereiro o Supremo ficou apenas com as investigações relativas a Renan Calheiros — todos os demais investigados passaram a ficar sob a jurisdição da Justiça Federal, inicialmente no Rio de Janeiro e depois no Paraná.

Os autos chegaram à 13.ª Vara Federal de Curitiba em dezembro de 2019. Sérgio Machado era presidente da Transpetro e tinha a função de arrecadar propina



para seus padrinhos políticos, diz a denúncia, dentre os quais estariam Romero Jucá e outros integrantes do MDB. Em troca, a Transpetro garantia às empresas a continuidade dos contratos e a expedição de futuros convites para licita-

A FORÇA-TAREFA da Lava Jato ratificou a denúncia da PGR contra os ex-senadores Romero Jucá e Valdir Raupp

vês do Diretório Estadual do MDB no Estado de Roraima, que, à época, era presidido pelo ex-senador Romero Jucá. A propina, assim, abastecia a campanha eleitoral de Elton Vieira Lopes, ligado ao parlamentar e candidato ao cargo de Prefeito de Mucajaí, em Roraima.

Já em setembro de 2012, o ex-Senador Valdir Raupp, com o auxílio de Sérgio Machado, recebeu R\$ 1 milhão da Odebrecht Ambiental. Fernando Reis, à época presidente da empresa do Grupo Odebrecht, se utilizou de outra empresa do grupo, a Barro Nova Empreendimentos Imobiliários S.A, e fez duas doações eleitorais oficiais, no valor de R\$ 500 mil cada, para o Diretório Nacional do MDB.

PONTO DE VISTA

Inaldo da Paixão
Santos Araújo

Relação entre a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a accountability

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em seu art. 15, garante a toda sociedade "o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração."

Em sintonia com esse direito, a Carta Magna de 1988 estabelece, entre as atribuições do chefe do Poder Executivo (art. 84, XXIV), a obrigatoriedade da prestação de contas, que será apreciada pelo Tribunal de Contas e julgada pelo Congresso Nacional (CF, arts. 49, IX, e 71, I).

A Constituição Federal também determina que

"prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumida obrigação de natureza pecuniária" (art. 70).

Essas obrigações constitucionais de se prestarem contas representam a essência da accountability. Apesar de não possuir tradução literal para o português, accountability corresponde ao dever de todo gestor de responder por um compromisso assumido. Isso quer dizer que ela re-

presenta a obrigação ética e legal que tem todo administrador público de prestar as contas dos dinheiros da coletividade, de forma transparente e tempestiva.

Quem bem retratou essa prática foi o estadista libertador Simón Bolívar, ao afirmar que: "A Fazenda Nacional não é de quem vos governa. Todos aqueles a que haveis tornado depositários de vossos interesses têm a obrigação de demonstrar-vos o uso que deles tenham feito".

A prestação de contas, no setor público brasileiro, pode ser conceituada como o conjunto de demonstrativos contábeis, de informações financeiras e de desempenho, que vão espelhar, em determinado período, o resultado de uma gestão.

Além dos relatórios obrigatórios, não existe no Brasil um modelo padronizado que defina os componentes de uma prestação de contas no setor público. Contudo a prestação de contas deve ser elaborada de modo

a demonstrar, da forma mais oportuna e transparente possível, os resultados da gestão da coisa pública.

O Código de Boas Práticas para a Transparência Fiscal do Fundo Monetário Internacional (FMI) define, entre os princípios para que os governos alcancem a transparência, que a "divulgação de informações ao público sobre as atividades do governo (prestação de contas e outras informações) devem ser apresentadas de forma clara e tempestiva".

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público contribui para a prática da transparência, pois suas demonstrações são as principais peças constitutivas das prestações de contas, objetivando facilitar suas análises para que se tenha efetivamente a accountability.

Composto o conjunto das demonstrações contábeis no setor público brasileiro, a Lei n.º 4.320/64 determina que, no final de cada exercício, os resulta-

dos sejam demonstrados em quatro balanços e outros informes financeiros obrigatórios. Com a LRF, novos demonstrativos passaram a ser também exigidos.

No Brasil, existe a convicção de se achar que tudo é resolvido por meio de leis. Todavia uma pequena cidade no sertão baiano, nos idos de 1989, exibiu, em cartaz afixado na praça central, informações sobre os recursos recebidos, suas origens e as devidas aplicações. Tudo classificado sem os rigores da prática contábil e orçamentária. A linguagem era acessível para qualquer cidadão, tais como gastos com professores, médico e enfermeiras, pessoal da limpeza, a recuperação da estrada vicinal, a aquisição da ambulância. Também era informado o saldo em caixa e a pagar, e outros dados. Não uma contabilidade "criativa", mas sim informativa.

Percebia-se ali, de forma simples e transparente, a fiel prática da accountability.

Portanto resta concluir

que, mais do que uma imposição legal, a prática da accountability é essencial para a administração pública, pois todos precisam saber o que é feito com o dinheiro de todos. Entretanto a accountability se materializa com uma Contabilidade Aplicada ao Setor Público que possibilite a emissão de relatórios confiáveis, transparentes e tempestivos.

E se tudo isso se concretizar, teremos um governo transparente, sob o comando de um povo com mais dignidade, com mais educação e senso crítico. Um povo que seja capaz de compreender e contextualizar sua realidade, expressa em relatórios financeiros adequados, e que possa escolher sabiamente dirigentes responsáveis e comprometidos com os anseios sociais.

Inaldo da Paixão Santos Araújo
Mestre em Contabilidade, Conselho do Tribunal de Contas do Estado, Professor. Escritor.
inaldo.paixao@hotmail.com